

Apresentação

O processo alfabetizador da criança na perspectiva da gestão escolar e da política educacional

O dossiê em pauta, proposto pela **Laplage em Revista**, como o título já prenuncia, reúne artigos que discutem o processo alfabetizador da criança no tempo presente. Artigos estes que se situam numa relação intervalar entre a perspectiva da gestão escolar e da política educacional. Diante da conjuntura atual permeada por contradições decorrentes do processo histórico – em que desafios são colocados, rupturas várias nas conquistas alcançadas por estudiosos e pesquisadores do tema são colocadas em cheque, projetos em disputa são constantes, numa clara demonstração que aspectos políticos e econômicos pretendem dar o tom para a política educacional brasileira – esta obra é instigante e coaduna com a demonstração de que a luta por uma educação de qualidade social, justa e humana, continua sendo o horizonte.

Frente ao exposto, o presente número integra artigos que tratam das questões acima descritas e trazem reflexões teórico-metodológicas sobre a gestão do processo alfabetizador da criança, coroadando Projeto de Pesquisa desenvolvido desde o ano de 2013 na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o primeiro intitulado “A gestão do processo alfabetizador com enfoque na política educacional: do nacional ao local” (CNPQ/PROPP/UFGD) e o segundo “Política, Gestão e Avaliação da Educação Básica: o processo alfabetizador da criança em foco”- Chamada FUNDECT1/CAPES2 Nº 11/2015 EDUCA-MS - CIÊNCIA e EDUCAÇÃO BÁSICA. Projetos que se realizam num diálogo com pesquisadores locais e de outras instituições parceiras que estudam e pesquisam o tema em questão.

Maria do Rosário Mortatti abre o dossiê com o artigo *Em tempos sombrios, a produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avaliação da qualidade e impacto científico e social*. Partindo de acontecimentos trágicos para a sociedade brasileira, a autora registra a continuidade de pesquisas acadêmicas sobre alfabetização, vinculadas a diferentes programas de pós-graduação brasileiros e aborda variados aspectos dos problemas relativos à temática, analisa que nas formulações e implementações, as políticas públicas para alfabetização continuam alinhadas aos ditames de organismos internacionais, aos quais também está atrelado o projeto político-econômico ultraliberal em execução no Brasil. Registra a autora que nestes tempos sombrios, em que “falar de árvores é quase um crime/pois implica silenciar sobre tantas barbaridades”, faz sentido discutir a produção acadêmica sobre alfabetização, a avaliação de sua qualidade, seu impacto científico e social, impondo aos pesquisadores e professores, a obrigação de auto avaliação crítica sobre pesquisas e a urgência da luta, em todos os espaços públicos, em especial nos espaços de atuação profissional e “de dentro” dos objetos de estudo, numa resistência ao desmonte das conquistas políticas, sociais e educacionais, que, embora ainda sejam poucas, são vitais para preservarmos a dignidade de todas (os) as(os) brasileiras(os), na incessante busca da garantia dos direitos constitucionais básicos de cidadania, particularmente os direitos à educação, à leitura e à escrita.

Visando a contribuir para avaliação crítica da qualidade e do impacto científico e social da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização, problematiza-se a correlação entre teses/dissertações e artigos sobre o tema, em periódicos avaliados pela CAPES. Destacam-se os seguintes aspectos: apesar de avanços quantitativos, é ainda incipiente a circulação desse conhecimento como “produção qualificada”; apesar da relativa pluralidade de enfoques analíticos decorrentes da característica interdisciplinar do tema, vêm sendo reiterados objetos de estudo e resultados semelhantes, com dispersão do possível impacto social e científico; é necessária definição conjunta de ações para proposição de novos problemas e objetos, discussão de finalidades científicas e sociais, relação com agências financiadoras e políticas públicas, ampliação/fortalecimento de espaços de discussão, veículos e formas de divulgação do conhecimento sobre o tema.

Elizabeth Gottschalg Raimann e Nafren Ferreira Lima, com o artigo *Avaliação Nacional da Alfabetização: o que as pesquisas apontam?* objetivam responder a seguinte questão: como as teses e dissertações abordam a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) no Brasil? Para isso analisaram dados obtidos entre 2013 a 2017 nos bancos de dados da BDTD e CAPES. Os dados levantados apontam para treze dissertações e quatro teses relacionados à ANA. As áreas do conhecimento que trataram da temática foram educação, letras, ciência política e administração. Das pesquisas, 70% mostraram que a avaliação externa é uma ferramenta utilizada pelo Estado avaliador para controlar o trabalho do professor, bem como os conteúdos que serão ensinados ou não. Os outros 30% abordaram a ANA na perspectiva do Aprender-a-Aprender como orientação pedagógica, embasada na pedagogia das competências.

O artigo *O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa como política educacional*, de Maria Alice de Miranda Aranda, Sílvia Cristiane Alfonso Viédes e Cristina Pires Dias Lins, analisa o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) como política educacional redimensionada no tempo presente no que tange ao processo alfabetizador da criança. Com base na abordagem qualitativa, faz uso da pesquisa bibliográfica e documental. Por um lado, apreendeu com o estudo que ao constatar no cenário brasileiro um alto índice de crianças que não estavam alfabetizadas ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, o governo apressou em sua defesa e instituiu o PNAIC, sob novos moldes, como um meio de reverter o referido cenário. Contudo, o desafio continua tendo em vista que os resultados da ANA retratam que a estagnação da alfabetização da criança persiste no Brasil. Por outro lado, constatou-se que o PNAIC, desde sua implantação à sua implementação, cumpriu o papel como política educacional alicerçada pela pactuação entre os entes federados.

Propondo uma *Análise do processo de gestão do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no Município de Campo Grande – MS*, Vilma Miranda de Brito e Gilvania Marques Rosa Leonardo tratam do processo de gestão das políticas de formação continuada para os professores alfabetizadores dos anos iniciais do ensino fundamental com o objetivo de analisar a atuação da gestão escolar no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) buscando apontar sua relação com a qualidade do ensino. Tendo como lócus o município de Campo Grande-MS, foram realizadas entrevistas com os gestores municipais responsáveis pela implementação da formação continuada nos anos de 2012 a 2017 e com a coordenadora da Instituição de Ensino Superior responsável pela implementação do PNAIC. Constataram que o PNAIC, apesar de apresentar organização nos processos de gestão, oferecer subsídios para a formação do professor alfabetizador e materiais para as salas de aula, depende de outras instâncias para que o ensino chegue às turmas de alfabetização com

qualidade. As autoras afirmam que só será possível vislumbrar uma superação dos desafios evidenciados se houver a necessária articulação entre a gestão do PNAIC, a Secretaria de Educação e a gestão escolar.

Ari Raimann e Ana Kátia Assis Ferreira, com o título *PNAIC e a educação básica em Jataí-GO: a importância da formação de professores* apresentam uma análise do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no Sistema Público Municipal de Educação de Jataí-GO. A pesquisa documental, de natureza qualitativa, tomou por base a perspectiva histórico-crítica. O objetivo geral desta investigação foi analisar as mudanças ocorridas na alfabetização de alunos das escolas públicas do município de Jataí-Go, a partir da adesão e implantação do PNAIC, conseqüentemente da formação de professores. O Pacto é norteado por quatro eixos fundamentais: formação continuada de professores alfabetizadores; materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais; avaliação sistemática; e gestão, controle e mobilização social. Tal política pública visa adequar alfabetização e escolarização, promovendo a alfabetização dos estudantes até os oito anos de idade ao final do 3º ano do Ensino Fundamental da Educação Básica. O estudo revela que o conjunto de formação, currículo e diretrizes de cada escola, além da formação oferecida pelo PNAIC, contribuíram para aumentar os níveis de leitura e escrita.

O artigo *Alfabetização e Formação de Professores: potencialidades e limites segundo Coordenadores locais do PNAIC-Mato Grosso*, Cancionila Janzkovski Cardoso, Sílvia Pilegi Rodrigues e André Luís Janzkovski Cardoso analisam o processo de formação de professores alfabetizadores do PNAIC no estado de Mato Grosso, restrito aos anos de 2013 a 2015, na perspectiva dos Coordenadores locais, evidenciando potencialidades e limites desta política pública de formação. O corpus é composto por 180 comentários, oriundos de pesquisas Survey, realizadas anualmente, sendo 63 de 2013, 60 de 2014 e 57 de 2015. A pesquisa valeu-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2002) para o tratamento e sistematização dessa massa de dados, chegando a seis categorias: apoio, atuação, avaliação, mudança, desafios e dificuldades. As categorias retratam percepções dos respondentes, como eles vivenciaram o processo de implementação do PNAIC, suas aprendizagens e percurso formativo (individual e coletivo). Os dados demonstram, também, os desafios e dificuldades enfrentados por docentes que desempenham funções ligadas à gestão (no caso em análise, os Coordenadores Locais), que sinalizam para pontos importantes a serem corrigidos e/ou superados.

Com o título *Valorização docente do professor alfabetizador em Dourados – MS*, Flávia Paula Nogueira Aranda, Fabio Perboni e Elisangela Tiago da Maia abordam a temática da valorização docente. Nestes termos, o artigo parte de dados empíricos coletados em pesquisa que abordou a temática da valorização docente no município de Dourados (MS). O conceito de valorização docente abarca ao menos quatro aspectos: o salário, a carreira, as condições de trabalho e a formação. Pautado por uma metodologia que se utilizou de pesquisa bibliográfica e documental, os autores apresentam um recorte com foco nos professores alfabetizadores e analisam em que medida existem práticas de valorização para este segmento do magistério, historicamente pouco prestigiado pelas políticas educacionais. Observam que existem no município ao menos duas medidas específicas para esse segmento: a primeira, mais pontual, propicia aos docentes do primeiro e segundo anos do ensino fundamental um adicional de 10% sobre o salário inicial; a segunda, decorrente da indução do governo federal por meio do PNAIC, se constitui em experiência significativa de valorização docente por criar condições de formação específica sobre processo alfabetizador.

O artigo de Andréia Vicência Vitor Alves e Alessandra Domingos de Souza, intitulado *Alfabetização na gestão democrática escolar: alguns apontamentos* analisa como a gestão

democrática escolar se constitui em um fator importante para a promoção da formação humana e para a cidadania. Ao considerar que a gestão educacional abrange todos os aspectos relacionados à educação escolar (pedagógicos, políticos, administrativos e financeiros) sendo o modo de organização da escola, bem como da organização do processo de ensino-aprendizagem realizado em sala de aula, o artigo busca apreender a alfabetização no contexto da gestão democrática escolar. As autoras concluem que a gestão democrática escolar tem um papel imprescindível no processo de alfabetização dos alunos ao possibilitar que a escola se torne um espaço de ensino e aprendizagem que respeite as diferentes visões e propicie a participação da comunidade escolar e local na construção do projeto educacional da escola conforme os seus anseios, que o aluno aprenda na escola e apesar dela, e esteja preparado para a vida.

Ângela Scalabrin e Catarina Almeida Tomás Coutinho apresentam *O lugar das Crianças de 0 a 3 Anos nas Políticas Educacionais no Brasil e em Portugal*, tendo como quadro teórico-metodológico de referência a sociologia da infância e a concepção de criança enquanto ator social, sujeito de direitos. O artigo traz como objetivo apresentar uma análise das políticas educacionais voltadas para as crianças de 0 a 3 anos no Brasil e em Portugal, com a perspectiva de identificar o lugar que ocupam nas agendas de discussão no campo da educação nesses países, sobretudo a partir dos anos de 1980 até à atualidade. A análise centra-se em documentos oficiais – legislação e recomendações – que deliberam sobre o direito à educação e que orientam as práticas educacionais com as crianças menores de três de anos e possibilitam identificar os principais vetores dessas políticas, indicando suas potencialidades e limites.

O artigo *Políticas públicas, formação de professores e práticas de alfabetização e letramento: o curso de especialização em docência na educação infantil*, de Ana Paula Gaspar Melim e Ordália Alves Almeida, aborda experiências de formação continuada de professores de Educação Infantil, oferecidas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em parceria com a Coordenadoria de Educação Infantil – COEDI/SEB/MEC e União Nacional de Dirigentes Municipais/UNDIME, que operacionalizaram o curso de especialização em “Docência na Educação Infantil”. As autoras apresentam a investigação sobre as concepções da(s) professores/as, e os processos vivenciados na disciplina “Cotidiano e organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil – Letramento”, a partir de análises das narrativas da(s) professores/as de Educação Infantil, da rede municipal de Campo Grande/MS, que participaram do curso. Consideraram as implicações das políticas de formação de professores da Educação Infantil, especialmente sobre a compreensão dos conceitos de alfabetização e letramento. A experiência vivida ampliou espaços de discussões acerca da formação de professores, evidenciando a necessidade de fomentar políticas públicas de formação, bem como a promoção de reflexões a respeito do trabalho de práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil.

Por fim, o artigo com o título *As Políticas de Alfabetização no Brasil no contexto do Ensino Fundamental: aspectos normativo-legais* de Elis Regina dos Santos Viegas e Virgília Margarida Rebouças artigo objetiva identificar e analisar as políticas de alfabetização direcionadas aos primeiros anos do ensino fundamental no Brasil. Apresenta como suporte de pesquisa o levantamento bibliográfico-documental, tendo como ponto partida o arcabouço normativo-legal promulgado a partir dos anos de 1990. Constata que as metas traçadas nas instâncias governamentais almejam um tipo de educação a ser ofertada, qual seja, uma educação de qualidade baseada em projeções, mas que envolve aspectos muito mais complexos, como:

acesso às vagas e garantia de permanência; valorização docente; gestão democrática; infraestrutura física e pedagógica; políticas complementares de apoio social; entre outros. Portanto, todas as ações – ampliação do tempo escolar, focalização de faixa etária, formação continuada docente, avaliação, etc. – no sentido de transformar o quadro da alfabetização só serão significativas se, de fato, conseguirem promover efeitos reais na sala de aula.

Em suma, o presente Dossiê registra estudos que demonstram que a gestão do processo alfabetizador da criança precisa ser discutido e debatido, com afinco, no tempo presente, vez que é indubitável a importância da alfabetização, pensada criticamente, para avanços no processo educacional brasileiro.

Para tanto, pretendemos que este Dossiê amplie e disponibilize conhecimentos sobre o processo alfabetizador da criança brasileira e contribua significativamente com os formuladores de políticas, estudiosos, gestores, professores e estudantes interessados em refletir, compreender e agir sobre tema de relevância, inclusive no limiar de uma história que apresenta determinada conjuntura política e econômica que dita “determinadas” normas e propostas para a política educacional. É tempo de resistência e luta!

Agradecemos aos editores e ao conselho editorial da **LAPLAGE EM REVISTA** pelo desafio de organização do presente Dossiê, pois o estímulo de organizá-lo nos oportunizou a constituição de um importante espaço para discussão, bem como a divulgação de pesquisas e troca de ideias sobre o tema.

Agradecemos, também, a colaboração dos autores ao Dossiê e desejamos uma boa leitura.

Maria Alice de Miranda Aranda (UFGD)*

Vilma Miranda de Brito (UEMS)**

Organizadoras

* Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – Mestrado e Doutorado (PPGEDU/UFGD). E-mail: mariaaranda@ufgd.edu.br.

**Doutora em Educação (UFMS), Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)/Unidade de Campo Grande-MS. E-mail: vilmiranda@bol.com.br.